

# Corte adia a expansão do sistema de telefonia móvel

AGUINALDO NOGUEIRA

O Plano Collor II atingiu em cheio o setor de telecomunicações, especialmente o programa de telefonia celular (telefonia móvel) do Governo. A Secretaria Nacional de Comunicações adiará por tempo indeterminado, as licitações que seriam abertas em março para a implantação dos sistemas em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. Os três sistemas têm investimentos previstos de US\$ 500 milhões (Cr\$ 110,5 bilhões pelo câmbio comercial), segundo o Secretário de Comunicações, Joel Marciano Rauber. Os investimentos para o sistema de telefonia fixa, de US\$ 2,5 bilhões (Cr\$ 552,5 bilhões) continuam inalterados, garante Rauber.

Os investimentos previstos para a área de transportes e de ferrovias permanecem indefinidos, segundo técnicos da Secretaria Nacional de Transportes. Os dois segmentos ainda dependem da definição de recursos, conforme o Orçamento da União, e a determinação do Ministério da Economia de congelar os investimentos ainda está sendo analisada por técnicos da Secretaria dos Transportes.

O Plano Collor II poderá obrigar, entretanto, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a adiar a contratação de obras com uso dos recursos da Taxa de Conservação Rodoviária. Por lei, a taxa começaria a ser cobrada em março, gerando receita de US\$ 900 milhões (Cr\$ 198,9 bilhões) este ano e US\$ 1,1 bilhão (Cr\$ 243,1 bilhões) a partir do próximo ano. Entretanto, o Ministério da Economia trava uma queda-de-braço com o Ministério da Infra-Estrutura para o adiamento da cobrança, por causa do congelamento de preços. A cobrança da taxa implicará aumento dos preços de óleo diesel, gasolina e álcool.

No início da semana, o Ministério da Infra-Estrutura informou que o decreto regulamentando a taxa seria um dos documentos mais importantes entre os que serão assinados pelo Presidente Collor durante o período em que despachará no Ministério amanhã. Na última sexta-feira, o Secretário Executivo do Ministério da Infra-Estrutura, Simá Medeiros, informou que o decreto não mais será assinado. Para entrar em vigor em março, a taxa teria que estar regulamentada até o próximo dia 16.